

# Secretário do Tesouro propõe cobrança de consulta médica

ISABEL DE PAULA

BRASÍLIA — O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, propôs ontem como solução para a falta de recursos na área da Saúde a redução do número de atendimentos hospitalares e a cobrança de consultas nas unidades públicas e conveniadas. A proposta foi feita numa reunião tensa com o ministro da Saúde, Adib Jatene e parlamentares. Depois da reunião, Jatene, irritado, foi ao Palácio do Planalto e obteve do presidente Fernando Henrique Cardoso — através de seu porta-voz, o embaixador Sérgio Amaral — a desautorização da proposta de Portugal.

— O presidente não deu qualquer orientação neste sentido. Ele acha que, ao contrário, o que é preciso é identificar recursos para a área de saúde — disse o porta-voz.

A reunião de Jatene com a área econômica foi marcada pelo Planalto e, nela, estava acertada a presença dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra. Os dois não compareceram — por não verem



Portugal: redução de atendimentos

alternativa imediata para a crise da Saúde e por discordarem da proposta de Jatene de recriação do IPMF — limitando-se a mandar representantes.

A proposta apresentada na reunião deixou muito irritado o ministro da Saúde, que vem travando uma queda-de-braço com Serra e Malan em busca de re-



Adib Jatene: luta por recursos

ursos para a Saúde. Nessa luta, o ministro da Saúde tem o apoio de um grupo de governadores e secretários estaduais de Saúde, que aderiram à campanha pró-IPMF e têm audiência hoje com Fernando Henrique.

A reunião de Jatene com a equipe econômica foi um desastre. De um lado, ficaram Murilo

2-1-95

Portugal e os secretários-executivos dos ministérios do Planejamento, Andrea Calabi, e da Fazenda, Pedro Parente. Do outro, Jatene e os deputados ligados à Comissão de Seguridade Social da Câmara, que — na falta de qualquer alternativa aceita pela equipe econômica — tentam aprovar a volta do IPMF. A gota d'água para a irritação de Jatene foi quando o secretário do Tesouro propôs como saída para a crise a redução do atendimento à população e a cobrança dos serviços prestados.

— Temos que reduzir a quantidade de atendimentos. Só isso já poderá ser suficiente para aumentar os preços pagos pelos procedimentos pelas unidades conveniadas, que estão defasados — disse Portugal.

Calabi tentou ainda defender o Governo dizendo que as medidas econômicas estão salvando vidas no Brasil. Em relação a outra alternativa apontada, o aumento do imposto sobre a venda de cigarros, Portugal tampouco a aceitou, dizendo que ela era inviável, porque geraria diminuição do consumo e, conseqüentemente, da receita tributária.